



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO MATO GROSSO**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA FISCAL**

**FAZENDA PRINCESA**  
**EMPREGADOR:** [REDACTED]  
**PERÍODO DA AÇÃO**  
**25/02/2015 A 28/05/2015**

Op. 60/2015

**LOCAL:** ZONA RURAL DE ALTO PARAGUAI/MT  
**ATIVIDADE PRINCIPAL:** CRIAÇÃO DE PEIXES EM ÁGUA DOCE  
**ATIVIDADE FISCALIZADA:** CRIAÇÃO DE PEIXES EM ÁGUA DOCE

**EQUIPE**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
[REDACTED]

**POLÍCIA CIVIL – GERÊNCIA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS**  
[REDACTED]



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO MATO GROSSO

**ÍNDICE**

**DO RELATÓRIO**

|   |   |
|---|---|
| A. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR .....  | 3 |
| B. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO .....   | 3 |
| C. RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS .....                                | 4 |
| D. LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE .....   | 5 |
| E. INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA .....                              | 5 |
| F. DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO ENCONTRADAS E DAS PROVIDÊNCIAS<br>ADOTADAS ..... | 5 |
| G. CONCLUSÃO .....  | 6 |

**ANEXOS**

1. Notificações para Apresentação de Documentos
2. Cópias dos Autos de Infração



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO MATO GROSSO

**A. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR**

- 1) Período da ação: 25/02/2015 A 28/05/2015
- 2) Empregador: [REDACTED]
- 3) CEI: [REDACTED]
- 4) CPF: [REDACTED]
- 5) CNAE: [REDACTED]
- 6) Localização: Zona Rural, município de Alto Paraguai/MT. A partir do município de Alto Paraguai, seguir pela Rodovia Senador Roberto Campos, conhecida também como Estrada da Usina, por 14 KM. A propriedade estará à esquerda, de onde se avistam porteira e guarita do estabelecimento.
- 7) Endereço para Correspondência: [REDACTED]
- 8) Qualificação do Preposto: [REDACTED] CPF n. [REDACTED]

**B. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO**

Trata-se de auditoria fiscal do trabalho desenvolvida perante o empregador acima qualificado em razão de denúncia recebida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, através do Disque Direitos Humanos – DDH 100 -, e encaminhada à Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo do MTE – DETRAE -, posteriormente repassada à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do estado do Mato Grosso, por meio do Memorando n. 51.2014. Referida denúncia relata a ocorrência de irregularidades trabalhistas na propriedade Fazenda Princesa, quais sejam: não fornecimento de água potável; número de instalações sanitárias insuficiente; não anotação da CTPS de empregados; não disponibilização de equipamentos de segurança; inadequação do local de trabalho do vigilante.

As imagens da propriedade registradas pela equipe extraviaram-se junto com o dispositivo de armazenamento onde se encontravam.

Doravante são destacados os principais desdobramentos da operação:

|  |
|--|
| <b>Empregados alcançados: 43</b>         |
| <b>Empregados no estabelecimento: 43</b> |
| <b>Mulheres no estabelecimento: 02</b>   |



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO**  
**DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO**  
**DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**  
**SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO MATO GROSSO**

|  |
|--|
| <b>Total de trabalhadores registrados sob ação fiscal: 05</b>                      |
| <b>Mulheres registradas: 00</b>  |
| <b>Total de trabalhadores identificados em condições análogas a de escravo: 00</b> |
| <b>Total de trabalhadores afastados: 00</b>  |
| <b>Número de mulheres afastadas: 00</b>  |
| <b>Número de estrangeiros afastados: 00</b>  |
| <b>Valor líquido recebido rescisão: 00</b>   |
| <b>Número de autos de infração lavrados: 04</b>                                    |
| <b>Termos de apreensão e guarda: 00</b>  |
| <b>Número de menores (menor de 16): 00</b>   |
| <b>Número de menores (menor de 18): 00</b>   |
| <b>Número de menores afastados: 00</b>   |
| <b>Termos de interdição: 00</b>  |
| <b>Guias seguro desemprego emitidas: 00</b>  |
| <b>Número de CTPS emitidas: 00</b>   |

**C. RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS**

|   | Nº do AI     | Ementa   | Descrição   | Capitulação                       |
|---|--------------|----------|---|-----------------------------------|
| 1 | 20.648.706-1 | 000010-8 | Admitir empregado sem registro                                    | Art. 41 da CLT                    |
| 2 | 20.648.718-5 | 131417-3 | Deixar de manter em funcionamento, por estabelecimento, a CIPATR. | Item 31.7.2 da NR 31 do MTE       |
| 3 | 20.648.734-7 | 131024-0 | Deixar de submeter trabalhador a exame médico periódico.          | Item 31.5.1.3.1, "b", da NR 31 do |



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO MATO GROSSO**

|   |              |          |  |                               |
|---|--------------|----------|--|-------------------------------|
|   |              |          |  | MTE                           |
| 4 | 20.648.018-1 | 131662-1 | Deixar de realizar capacitação dos trabalhadores para operação segura de máquinas. | Item 31.12.74 da NR 31 do MTE |

**D. LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE**

A propriedade está localizada na zona rural do município de Alto Paraguai, no estado do Mato Grosso. A partir do município de Alto Paraguai, seguir pela Rodovia Senador Roberto Campos, conhecida também como Estrada da Usina, por 14 KM. A propriedade estará à esquerda, de onde se avistam porteira e guarita do estabelecimento.

**E. INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA**

Trata-se de propriedade rural onde se desenvolve atividade de criação de peixes em água doce. Todos os empregados encontrados estavam envolvidos com tal atividade.

**F. DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO ENCONTRADAS E DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS**

No dia 25/02/2015, motivada pela notícia de irregularidades trabalhistas na propriedade, a equipe de AFTs deu início a auditoria fiscal da propriedade Fazenda Princesa. Após verificação física do estabelecimento, durante a qual empregados e representantes do empregador foram entrevistados, foi emitida notificação para apresentação de documentos, a ser cumprida na SRTE/MT, em Cuiabá.

Através da ação fiscal, concluiu-se pela existência dos seguintes ilícitos trabalhistas:

- (a) Admitir empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente, em afronta ao art. 41 da CLT;
- (b) Deixar de realizar capacitação dos trabalhadores para manuseio e/ou operação segura de máquinas e/ou implementos, em afronta ao item 31.12.74 da NR 31 do MTE;
- (c) Deixar de manter em funcionamento, por estabelecimento, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural, em afronta ao item 31.7.2 da NR 31 do MTE;
- (d) Deixar de submeter trabalhador a exame médico periódico, anualmente, em afronta ao item 31.5.1.3.1;





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO MATO GROSSO

Tais irregularidades motivaram a lavratura dos autos de infração cujas cópias seguem anexas a esse relatório. Os pormenores de cada um dos ilícitos são identificados no corpo do respectivo auto.

Vale destacar que, durante a operação fiscal, os cinco empregados encontrados sem registro foram devidamente registrados; foi iniciado o processo de constituição da CIPATR; e foi desenvolvida na propriedade, pelo Sindicato Rural de Diamantino, capacitação para a operação segura de máquinas.

É de bom tom destacar que não se constatou redução de trabalhadores a condição análoga à de escravidão, desenvolvendo-se a auditoria sem o resgate de trabalhadores – procedimento preconizado pela Lei 7998/90 para a hipótese de escravidão contemporânea. Em linhas gerais, os trabalhadores não estavam submetidos a condições degradantes que desafiassem o núcleo de sua dignidade humana; a jornadas exaustivas que causassem esgotamento de suas capacidades físicas ou mentais, a trabalhos forçados para os quais não tivessem se oferecido voluntariamente; ou a restrições de sua locomoção.

#### **G. CONCLUSÃO**

As condições de vida e trabalho encontradas no momento da auditoria fiscal não caracterizavam redução de empregados à condição análoga à de escravidão. Os ilícitos trabalhistas constatados foram objeto da lavratura de autos de infração, cujas cópias acompanham esse relatório. Durante a operação fiscal, foi sanada parte das irregularidades trabalhistas encontradas, como registro de empregados, constituição da CIPATR e desenvolvimento de capacitação para operadores de máquinas.

É o relatório.

Cuiabá, 03 de junho de 2015.

